

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI

Filozofická fakulta

Katedra romanistiky

**O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-
BRITÂNICAS DESDE O SÉCULO XIV ATÉ O FIM DO
SÉCULO XIX**

**THE DEVELOPMENT OF THE ANGLO-PORTUGUESE
RELATIONS SINCE THE 14TH CENTURY UNTIL THE END
OF THE 19TH CENTURY**

Dagmar Olejárová

Bakalárska diplomová práca

Vedúci práce: Mgr. Petra Svobodová, Ph. D.

Olomouc, 2019

Čestné prehlásenie

Prehlasujem, že som túto bakalársku diplomovú prácu vypracovala samostatne pod odborným vedením Mgr. Petry Svobodovej, Ph. D. a uviedla v nej všetku literatúru a ostatné zdroje, ktoré som použila.

Olomouc, 02.05.2019

.....
podpis

Pod'akovanie

Chcela by som pod'akovať Mgr. Petre Svobodovej Ph. D. za vedenie, inšpiráciu a užitočné rady, ktoré mi poskytla pri písaní bakalárskej práce. Pod'akovanie patrí aj mojej kamarátke Mariane za jej cenné pripomienky.

ÍNDICE

Introdução	6
1 Estabelecimento da aliança luso-britânica	7
1.1 Dinastia de Borgonha (1096-1383)	7
1.2 Dinastia de Avis (1385-1580)	9
1.3 Resumo do primeiro capítulo	10
2 Crise dentro da aliança luso-britânica	11
2.1 O Período Filipino – União ibérica (1580-1620)	11
2.2 Resumo do Período Filipino	13
3 Retomada da aliança luso-britânica	14
3.1 Restauração e a vinda da dinastia de Bragança (1640-1910)	14
3.2 Século XVIII – Absolutismo	16
3.3 A Revolução francesa	19
3.3.1 O Napoleão	20
3.3.2 O bloqueio continental	21
3.3.3 A Guerra peninsular	23
3.3.4 Situação no Brasil	25
3.4 Resumo do terceiro capítulo	25
4 Século XIX	27
4.1 Os problemas políticos	27
4.2 A situação colonial no século XIX	28
4.3 Resumo do período XIX	30
Conclusão	32
Resumo em eslovaco	33
Bibliografia	34
Webgrafia	34
Anotação em português	37

Anotação em inglês.....38

Introdução

O tema deste trabalho de bacharelato é o desenvolvimento das relações luso-britânicas desde o século XIV, quando a sua cooperação começou, até o fim do século XIX. Embora a sua aliança tenha continuado ainda no século XX, a extensão deste trabalho não nos permite analisar este período.

As relações internacionais são muito importantes na política externa de um país. É muito difícil funcionar bem e prosperar sem cooperação com o exterior e sem esforço para a manutenção das boas relações com outros países. Contudo, isso não é uma novidade no mundo atual porque as potências europeias aperceberam-se disso já há alguns séculos. Os dois países antigos que se uniram e criaram uma aliança muito forte e longa são a Inglaterra e Portugal. Ambos os países têm a história rica e interessante. Além disso, as suas histórias estão interligadas por vários eventos que influenciaram a sua posição no mundo e que tiveram impacto nos assuntos interiores destes países.

São determinados três objetivos principais deste trabalho. O primeiro objetivo é descrever os eventos históricos, que fazem ligação com a aliança luso-britânica, na ordem cronológica, na forma de aproximar ao leitor uma parte da história europeia. Com isso, gostaríamos de mostrar como as suas relações se mudavam durante os vários séculos e o terceiro é último objetivo principal é provar que no início a posição destes dois países era mais ou menos igual, mas depois a situação mudou e a Inglaterra tornou-se superior a Portugal.

O trabalho de bacharelato tem sobretudo um caráter descritivo, dado que escolhemos o tema da área histórica. O trabalho é dividido em quatro partes principais e cada uma destas partes trata um período diferente. A primeira parte analisa o período desde o século XIV até os anos oitenta do século XVI, a segunda dedica-se ao período entre os anos oitenta do século XVI e meados do século XVII, a terceira parte aborda o período desde os meados do século XVII até aos anos vinte do século XIX. A última parte trata o período entre os anos vinte do século XIX e o fim do mesmo século.

1 Estabelecimento da aliança luso-britânica

Neste capítulo vamos ocupar-nos do início da cooperação entre Portugal e a Inglaterra e vamos descrever todos os eventos importantes que ajudaram a criá-la. Vamos mencionar os primeiros tratados oficiais, assinados entre estes dois países.

1.1 Dinastia de Borgonha (1096-1383)

As duas potências europeias, a Inglaterra e Portugal, estabeleceram os primeiros contactos já no século XII, quando os ingleses deram a mão a Portugal na guerra contra os muçulmanos, que ocupavam o território da Península Ibérica e tentavam ganhá-lo. Em meados do século XII, muitos cavaleiros da Europa ocidental chegaram a Portugal para ajudar os portugueses, incluindo os ingleses. Todos estes guerreiros guardavam as costas portuguesas e os lutadores portugueses conquistavam a cidade de Lisboa. Embora a Inglaterra e Portugal entrassem em contato já no século XII, só no século XIV, sob o reinado da dinastia de Borgonha, aparecem as maiores indicações que previram o nascimento desta cooperação. No século XIV, Portugal teve alguns conflitos com o seu vizinho, a Castela, os quais exigem o apoio dos ingleses. Todos os eventos resultam em assinatura dos primeiros tratados muito importantes.

No curso do reinado de Afonso IV (1325-1357) da dinastia de Borgonha de Portugal começam as iniciativas diplomáticas e comerciais que tentam assegurar a paz com outros estados. No começo é confirmada a aliança perpétua sobre o suporte mútuo contra os muçulmanos, de Portugal com Aragão e a Castela, mas dez anos depois desta confirmação, inicia-se, em 1336, uma guerra entre Portugal e a Castela. A causa é que o rei Afonso IV de Portugal violou o acordo, que tinha com a Castela, com o casamento do Infante Pedro, filho de Afonso IV de Portugal, e Constança, filha do rei de Aragão. Neste período, Aragão foi o inimigo da Castela. Durante esta guerra, Portugal se empenha em aproximar-se de outros estados, incluindo a Inglaterra, acabando por se conceder, mutuamente, alguns privilégios comerciais. O conflito entre Portugal e Castela dura apenas três anos, porque a ameaça dos muçulmanos forçou estes dois países a cooperarem. Contudo, depois da guerra contra os muçulmanos, o poder da Castela cresce e o rei de Portugal toma medidas de proteção contra ela, esforçando-se por em alargar os privilégios comerciais e político-militares da Inglaterra e outros estados. Em outubro de 1353, assina-se um tratado comercial importante com a Inglaterra, sendo este o primeiro tratado comercial luso-inglês, válido por 50 anos. Este tratado teve dois objetivos principais. O

Primeiro foi garantir a segurança aos mercadores de Portugal e da Inglaterra e outro objetivo foi proibir os ataques de corsários e piratas.¹

Depois da morte de Pedro I, o rei de Portugal, o seu filho Fernando I, é declarado herdeiro do trono. No decorrer do governo de Fernando I gera-se uma crise económica, principalmente por causa de peste, quando um terço dos habitantes morre e não há mão-da-obra suficiente. Naquela altura, também a política externa acaba por ser afetada. Portugal levou avante uma guerra com a Castela porque Fernando I aspirava, em vão ao trono castelhano.

No entanto, na Europa decorria A Guerra dos Cem Anos, cujo início foi em 1337, quando o rei inglês Eduardo III vindicou o trono de França. O tratado assinado em 1353 entre a Inglaterra e Portugal pressupôs que ambos os países se iam apoiar no futuro também militarmente e, por isso, Portugal socorreu a Inglaterra. Mais tarde, resultou disso o novo Tratado, chamado Tratado de Tagilde, assinado em 1372, que uniu ambos os países contra Castela.² Segundo este tratado, Portugal vê-se obrigado a prestar auxílio a Inglaterra contra França e Castela, que era o aliado da França. Devido a isso, é deflagrada a segunda guerra com Castela, mas o rei Fernando I não é capaz de defender o país e, por isso, assinou um novo tratado com Castela que garantiu a paz. Por outro lado, o monarca português não quis contrariar a Inglaterra e, em 1373, Eduardo III da Inglaterra e Fernando I de Portugal assinaram o Tratado de Westminster, pelo qual Portugal comprometia-se a uma extensa cooperação político-militar e comercial com os ingleses.³ Também os dois reis concordaram ter paz e amizade e, nenhum dos países ligará som os inimigos do outro país.⁴

No ano de 1380 em Estremoz, é criado um novo acordo entre Portugal e a Inglaterra, que prevê uma guerra de Portugal com Castela, que se aproxima. Conforme estipulado neste acordo, quase dois mil mercenários chegaram a Portugal. Por seguinte, foi cancelado o casamento arranjado de Beatriz, a filha de Fernando I, com o infante castelhano e um novo casamento foi negociado, entre Beatriz e Eduardo, o filho do duque de Cambridge. Pouco depois destas mudanças, o Rei de Castela, João I, inicia uma guerra contra a aliança luso-britânica. Outros mercenários ingleses chegaram a ajudar os portugueses, mas eles saquearam mais do que

¹ Tiago Víula de Faria e Flávio Miranda. *Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da idade média*. p. 120, disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4872/4554> (acesso em 10 de abril de 2019)

² Maria Helena Da Cruz Coelho, *The Portuguese Cortes during the reign of Ferdinand I (1367-83): the context of the Hundred Years War (1337-1453)*, p. 3, disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/44777/1/Cortes%20-%20Guerar%20Cem%20Anos.pdf> (acesso em 10 de abril de 2019)

³ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 77-78

⁴ José Calvet de Magalhães. *Breve história diplomática de Portugal*. 2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990, p. 38-39

combateram. Portugal acabou por não triunfar nesta guerra e, no final, em 1382, é proclamada paz entre Castela e Portugal, sem a Inglaterra. Com isso, Fernando I promete a mão da sua filha Beatriz de novo aos castelhanos.⁵

Com a morte de Fernando I, o último rei da dinastia de Bragança, sucede o trono português a nova dinastia, de Avis.

1.2 Dinastia de Avis (1385-1580)

A nova dinastia de Avis tentará manter boas relações com a Inglaterra. Contudo, esse período é também marcado pelos descobrimentos marítimos que vão ter uma extraordinária importância no futuro para as relações comerciais com o exterior, incluindo com a Inglaterra.

Nos anos oitenta do século XIV começa a reinar a nova dinastia, de Avis, com o rei João I de Portugal (1385-1433). O facto que o trono estava ocupado pelo João I, não foi apreciado por Castela e, por isso, decidiu opor resistência a Portugal. Como consequência disso, o exército português aliou-se com os mercenários ingleses e, juntamente, opuseram-se à Castela. As relações com a Castela eram muito tensas e ocorriam lutas mais pequenas. A luta mais decisiva foi a Batalha de Aljubarrota em 1385, em que os portugueses vencem com a ajuda dos ingleses. Para expressar o apoio dos ingleses ao novo rei português, um ano depois, em 1386, é assinado o Tratado de Windsor entre a Inglaterra e Portugal, criando as relações mais estreitas. Esta aliança é expressa também pessoalmente, porque o rei português João I casou-se com Filipa de Lencastre.⁶ Vinte anos depois, para reforçar os contatos com a Inglaterra, Beatriz, filha de João I, viaja para a Inglaterra para se casar com Thomas Allan, um conde inglês.⁷

Com a dinastia de Avis começa também a expansão portuguesa no Ultramar. No decorrer do reinado de João I de Portugal, os portugueses descobriram os territórios da Madeira, dos Açores e da costa africana, até ao cabo Bojador. O auge dos descobrimentos marítimos de Portugal foi conseguido sob o reinado de rei português Manuel (1495-1521). Naquela altura, os navegadores chegaram ao Brasil e a outras partes do mundo, principalmente a território do Leste, como a Índia ou a China. Nos últimos cem anos do governo da dinastia de Avis, o prestígio de Portugal cresceu. O país tentava manter as suas boas relações com o exterior, mas a competição europeia também crescia. Mais tarde, estes descobrimentos acabaram por ter uma enorme

⁵ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 85

⁶ Hugo Rincon Azevedo. 'Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385-1433) nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara', in *Revista Mosaico*, vol. 11, 2018, p. 169, disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/6320/pdf> (acesso em 10 de abril de 2019)

⁷ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 98

importância nos séculos vindouros, também para as relações comerciais de Portugal com outros países, incluindo a Inglaterra.

1.3 Resumo do primeiro capítulo

Resumindo o período desde século XIV até o fim do século XVI, podemos dizer que as duas primeiras dinastias portuguesas, dinastia de Borgonha e dinastia de Avis, conseguiram criar as boas relações com a Inglaterra, que se tornou o aliado português. Durante este período foram assinados primeiros tratados, que criaram relações estreitas e especificaram as obrigações da Inglaterra e Portugal. Além disso, mostrámos que estes dois países se apoiavam mutuamente nos tempos difíceis, sobretudo militarmente durante as guerras com outros países.

2 Crise dentro da aliança luso-britânica

O segundo capítulo deste trabalho trata do período durante o qual as relações luso-britânicas são marcadas pela crise. Vamos apresentar as causas e consequências desta crise para a aliança luso-britânica.

2.1 2.1 O Período Filipino – União ibérica (1580-1620)

O período Filipino, durante o qual governam os três reis Filipes da Espanha, é também chamado de período da União Ibérica, porque a Espanha e Portugal se tornam num só país. Naquela altura, Portugal estava numa crise profunda e tinha problema não só com a manutenção da sua independência, mas também com a manutenção das suas boas relações com o exterior. Por isso, os contactos com a Inglaterra são interrompidos por algum tempo.

No fim dos anos oitenta do século XVI, depois de morte do último rei português de dinastia de Avis, inicia-se uma crise dinástica. Há três aspirantes ao trono português. D. Catarina de Bragança e António, netos do rei Manuel, e o rei de Espanha, Filipe II. O último candidato, Filipe II, era o neto do rei português, Manuel I. O vencedor desta disputa é Filipe II, que se torna o novo monarca e isso origina a monarquia dual, que une Portugal e Espanha. Ele foi bem-sucedido porque tinha dinheiro e podia proteger Portugal, porém, era o líder da Espanha, o que ia afetar a situação de Portugal. Nesta altura, a política interna desenvolve-se relativamente bem e o rei concede vários privilégios aos portugueses. Por exemplo, passa a ser permitido aos portugueses desempenhar funções públicas e há um maior respeito pela liberdade e pelos costumes. Infelizmente, a política externa era mais problemática. Foi proibido comercializar com os Países Baixos e também, devido à rivalidade entre a Espanha e Inglaterra, Portugal perdeu o seu aliado de longa data, a Inglaterra, deixando de poder comercializar com ela. Esta perda afetou o comércio português porque Portugal perdeu o seu principal parceiro comercial e, assim, cada vez menos barcos partiam em viagens comerciais. Ainda pior, as colónias de Portugal foram expostas a assaltos de barcos ingleses e holandeses.⁸

Cinco anos depois do início da União Ibérica, desde 1585 até 1604, decorria a guerra anglo-espanhola. A guerra afetou Portugal muito, porque o país estava sob o domínio da Espanha e teve de ajudar os castelhanos a lutar contra os ingleses. O principal motivo do início da guerra anglo-espanhola foi a religião, porque o cada um destes países advogou outro tipo da religião. A política da Espanha foi católica e o rei Filipe II da Espanha apoiou conspirações existentes na Inglaterra para repor a rainha Isabel da Inglaterra, que era protestante e cuja

⁸ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 175

política foi dirigida contra catolicismo. Porém, a principal causa da guerra aberta entre a Inglaterra e Espanha foi a execução de Maria da Escócia, rainha católica.⁹ Portugal pagou caro por estar sob o domínio da Espanha e por perda do seu aliado mais importante, a Inglaterra, porque em 1587 o capitão e pirata inglês, Francis Drake, atacou o sul de Portugal e saqueou-o.¹⁰ A guerra culminou em 1588, quando a Armada Invencível da Espanha foi vencida nas margens inglesas. Com isto, sofreram não só os castelos, mas também os portugueses, cujos barcos foram destruídos nesta batalha. A derrota abriu aos ingleses e holandeses áreas para o negócio com o Ultramar português e para o domínio das colônias portuguesas. Os ingleses e holandeses tiveram o maior interesse na costa brasileira, porque Brasil foi uma colônia portuguesa muito grande e importante, principalmente por causa da riqueza em ouro. Por isso, as duas nações atacaram os portos brasileiros, por exemplo, o porto do Recife. Com isso, nos últimos anos da vida de rei Filipe II, o país começa a sentir as consequências negativas da união.

Com a vinda do novo rei, Filipe III, em 1598, a situação de Portugal piora. O poder é centralizado em Madrid, Espanha, e o país é afetado por maus anos agrícolas e pela fome. Além disso, Lisboa estava a ser atacada pela Inglaterra.

Na primeira metade do século XVII, na Europa realizava-se A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), quando alguns países europeus lutavam contra si. A principal causa desta guerra foi, naturalmente, a religião e o poder. Durante a guerra, em 1620, os ingleses e os neerlandeses fecharam o tratado, no qual estavam de acordo em enfraquecer a posição portuguesa no Oceano Índico. A consequência deste acordo foi, que Portugal perdeu vários territórios, como Java, e várias bases na costa da Índia.¹¹

Em 1621, o filho do rei Filipe III de Espanha, Filipe IV, tornou-se sucessor e a situação no país piora ainda mais. Graças à política exigente da Espanha, faltam recursos financeiros para Portugal. Nos últimos anos da monarquia dual, Portugal estava numa crise profunda, tentando proteger as suas colônias, mas sem êxito. Desde o ano 1630, teve início uma série de distúrbios e revoluções e, no fim de 1640, o descontentamento dos portugueses culmina num ataque por parte do grupo dos nobres, ao palácio régio, em Lisboa. O ataque foi bem-sucedido, acabando o domínio de Espanha.¹² Sobe ao trono o novo rei, João IV de Bragança, com quem começou também uma nova e última dinastia em Portugal, a Dinastia de Bragança.

⁹ José Hermano Saraiva. *História concisa de Portugal*. 16. ed. Mem Martins: Europa-América, 1993, p. 202

¹⁰ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 175

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 180

¹² Idem, *Ibidem*, p. 192

2.2 Resumo do Período Filipino

No segundo capítulo tratámos o período da União Ibérica, quando Portugal estava sob o domínio da Castela. Foi verificado que esta situação teve um impacto mal na aliança luso-britânica, porque os portugueses foram pressionados a interromper esta aliança. Como consequência da má relação entre a Inglaterra e Portugal, as colónias portuguesas ficaram em perigo e foram atacadas. Como mencionamos no início deste capítulo, Portugal perdeu o seu parceiro principal e, com isso, a económica de Portugal sofreu muito. Por outro lado, a Inglaterra era capaz de colaborar com outros países, como os Países Baixos. Podemos dizer que o impacto foi pior para Portugal do que para a Inglaterra.

~

3 Retomada da aliança luso-britânica

Este capítulo aborda o período depois do fim da União Ibérica (1640) até o século XIX. Vamos mostrar como Portugal se empenha em restabelecer a sua relação com a Inglaterra novamente e como se desenvolve a sua aliança durante os séculos que seguem.

3.1 3.1 Restauração e a vinda da dinastia de Bragança (1640-1910)

A independência de Portugal, depois do fim da União Ibérica, traz consigo o governo da dinastia de Bragança. Esta dinastia esforça-se para restabelecer as relações com o exterior e, principalmente, restabelecer a cooperação com a Inglaterra.

No início do governo da dinastia de Bragança a situação não é melhor. O objetivo principal da política do rei João IV de Portugal (1640-1656) é obter o apoio das potências europeias, como a Holanda e, recuperar a relação de cooperação que tinha com a Inglaterra. Portanto, o rei português envia alguns diplomatas para estes países e assina vários tratados com eles. Desta forma, em 1642, é assinado um novo Tratado de paz e comércio com a Inglaterra. O tratado estabelecia o comércio livre entre os dois países, por mar e por terra, «em todos e cada um dos seus Reinos, domínios e ilhas, e nas outras terras, cidades, vilas, aldeias, portos e distritos dos ditos reinos e domínios», mas com a seguinte ressalva “em que no tempo dos reis de Castela houve, ou até agora tem havido comércio”.¹³ No tratado havia vários artigos, em que a Inglaterra exigia a liberdade de comércio nos «reinos, províncias, territórios e ilhas de sereníssimo rei de Portugal na Europa.»¹⁴ Também os ingleses podiam tratar negociar nas áreas portuguesas da África, mas não é possível dizer que este tratado tenha aberto o comércio do Brasil para os ingleses, porque no tratado não há nenhum artigo que diga isso explicitamente.¹⁵

Naquela altura, Portugal passava por muitos problemas e vivencia vários conflitos, por exemplo, a guerra com a Castela, que não quis reconhecer a independência de Portugal. Isso também implicou problemas na defesa da soberania portuguesa e, portanto, o país procurava o apoio no exterior, principalmente na Inglaterra. Contudo, Portugal e a Inglaterra ficavam num conflito aberto, começando em 1650, depois da execução de rei inglês Carlos I Stuart, quando os Realistas ingleses chegaram a Portugal para se esconder. Por isso, os ingleses que partilham as ideais republicanas declararam a guerra a Portugal. Um ano depois, a frota inglesa bloqueou o rio Tejo para impelir portugueses a extraditar estes Realistas. Felizmente, este conflito não pôs em perigo a aliança luso-britânica, porque o conflito acabou em 1654. Por outro lado,

¹³ Rodrigo Ricupero, *O exclusivo metropolitano no Brasil e Os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)*, p. 10, disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/117515/128660> (acesso em 10 de abril de 2019)

¹⁴ Idem, *Ibidem*

¹⁵ Idem, *Ibidem*

Portugal continuou a ter os problemas com a defesa da sua soberania e, por isso, precisou de apoio dos ingleses. Consequentemente, em 1654, foi assinado o tratado de paz e aliança, chamado Tratado de Westminster, entre Portugal e a Inglaterra. Em troca da proteção inglesa, o tratado garantiu alguns privilégios comerciais para Inglaterra, por exemplo, o acesso ao Brasil ou 23 % dos direitos alfandegários por mercadoria trazida de Inglaterra.¹⁶ Este tratado acentuou «a supremacia política da Inglaterra em relação a Portugal».¹⁷

Depois da morte do rei João IV em 1656, o funcionamento do país foi assumido por Luísa de Gusmão, a sua esposa. Ela tenta negociar com a França e criar uma coligação contra Espanha. A consequência desse tipo de política, não apreciada pelos ingleses por causa da sua má relação com a França, foi o envio de uma frota militar para Lisboa em 1655. Com isto, os ingleses quiseram forçar Portugal a cumprir as promessas resultantes do seu Tratado, ratificado dois anos antes.

O prestígio acumulado da Inglaterra naquela altura ajudou a reforçar a aliança luso-britânica. Em 1661 foi criado um Tratado de paz e aliança, entre os dois países. Este tratado foi confirmado com o casamento de Catarina de Bragança, uma filha de Luísa de Gusmão, com Carlos II, o rei inglês. Portugal entregou alguns dos seus territórios no ultramar, por exemplo, a fortaleza de Tanger ou o porto de Mumbai na Índia à Inglaterra, dando início ao processo de colonização na Índia, pela Inglaterra.¹⁸ Em troca, a Inglaterra prometeu proteger os interesses de Portugal e os seus territórios marítimos e terrestres, da Espanha e da Holanda.¹⁹ Depois, no caso de Portugal ser atacado por algum inimigo, a Inglaterra forneceria os navios militares, juntamente com o armamento. Se estivesse num maior aperto, a Inglaterra tiraria os seus navios do Mediterrâneo e Tanger e mandá-los-ia para territórios portugueses. O rei da Inglaterra também se empenhou em defender a posse de todos os territórios ultramarinos de Portugal no presente e no futuro.²⁰

O reforço das relações com o exterior ajudou na má situação com a Espanha, porque os portugueses tinham o apoio do outro exército e isto leva ao fim do persistente conflito com a Espanha. Sob a pressão da Inglaterra, a Castela reconheceu a independência de Portugal e todos os eventos culminaram em paz entre Castela e Portugal.

¹⁶ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska v datech*. Praha: Libri. 2007, p. 242

¹⁷ Pedro Soares Martin, *História diplomática de Portugal*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1992, p. 153

¹⁸ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny státu, p. 198

¹⁹ José Calvet de Magalhães, *Breve História diplomática de Portugal*. 2ª ed. Lisbon: Publicações Europa-América, 1990, p. 81

²⁰ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit. p. 198

Nos últimos cinquenta anos do século XVII havia tentativas para revitalizar a economia portuguesa. Por exemplo, o rei português Pedro II tentou apoiar o comércio, proibindo a importação do exterior e uso dos tecidos luxuosos e, em vez disso, Portugal chamou os tecedores estrangeiros, principalmente da Inglaterra e da Itália. Infelizmente, eles acabaram por abandonar Portugal, porque não gostavam de viver neste país, o que agravou a situação económica de Portugal. O apogeu da Inglaterra neste período influenciou as relações comerciais com Portugal, que estava apenas comprador da mercadoria.²¹

A dinastia de Bragança trouxe consigo as mudanças positivas, porque os novos reis de Portugal conseguiram melhorar as relações com o seu aliado antigo, a Inglaterra. Porém, a Inglaterra é uma potência europeia muito forte e, por isso, Portugal deveria enfrentar alguns problemas nos próximos anos.

3.2 Século XVIII – Absolutismo

O século XVIII é marcado pelos novos problemas que vão causar várias guerras na Europa, nas quais todos os países participar, incluindo a Inglaterra e Portugal. Estes dois países vão assinar novos tratados que mudarão o seu comércio.

No último ano do século XVII, em 1700, o rei castelhano Carlos II falece sem herdeiros. Isso resultou numa nova guerra europeia, a Guerra da sucessão espanhola (1701-1714). Por um lado, estava a França com os seus aliados, os quais endossaram o neto do rei francês Luís XIV, Filipe Duque do Anjo. Ele foi apoiado pela França porque Luís XIV da França quis acabar com o governo da casa de Habsburgo e dar início à dinastia de Bourbon na Espanha. Por outro lado, estava a Inglaterra com os seus aliados, que endossaram Carlos de Habsburgo, porque o domínio dos Bourbon poderia pôr em perigo uma possível hegemonia da Inglaterra. No início da guerra, Pedro II (1683-1706), o rei português, decidiu conectar-se à parte, onde pertencia a França, porém, depois teve de mudar o seu apoio para manter a paz com a Inglaterra, que estava contra a França e também devido à calma no mar durante a transferência de ouro brasileiro. Em 1703, Portugal juntamente com a Inglaterra e aliados fechou o tratado militar, que prometeu compensações territoriais a Portugal na Península Ibérica e na América do Sul, no caso de Carlos de Habsburgo ser o rei da Espanha.²²

Na época das guerras foi preciso para portugueses assegurar boas relações com a Inglaterra, que estava mais forte. No fim do século XVII, John Methuen tomou conta atuando, como embaixador inglês, em Lisboa. Devido ao seu esforço, foi assinado O tratado de Methuen

²¹ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 204

²² Idem, *Ibidem*, p. 206

em maio de 1703, entre a Inglaterra e Portugal. A consequência deste tratado, Portugal foi defendido pela Inglaterra e pela Holanda. Em troca, os ingleses ganharam o acesso a Portugal e os seus portos seguros. Eles também prometeram pôr Carlos de Habsburgo em vez de Filipe Duque de Anjo ao trono espanhol.²³ Ainda por cima, Portugal prometeu a participação ativa na guerra sobre o trono espanhol.²⁴

Além do mais, em dezembro de 1703, Portugal e a Inglaterra fecharam o Tratado de Methuen de comércio, que influenciou o comércio inglês de vinho. Eles estabeleceram que o Portugal ia importar lã da Inglaterra e, a Inglaterra ia importar o vinho português com alfandegários mais vantajosos que os da França.²⁵ Uma das consequências deste tratado foi o aumento da exportação inglesa para Portugal, que foi maior do que a exportação portuguesa para a Inglaterra.²⁶ Podemos dizer que, neste caso, a Inglaterra era superior a Portugal e o tratado de comércio foi mais vantajoso para a económica inglesa. Ainda por cima, os efeitos resultantes deste tratado aparecerão ainda no século seguinte, quando a Inglaterra, graças à sua superioridade na Europa, vai terminar a preferência do vinho português.²⁷

Entretanto, a Guerra da Sucessão espanhola continuava sob o reinado de rei português João V (1706-1750). O vencedor desta guerra foi a França, porque a casa dos Bourbon ganhou o trono espanhol e Filipe Duque do Anjo, depois conhecido como Filipe V, tornou-se o novo rei. Conforme Tratado de Utrecht de 1713, que foi assinado no fim da Guerra, Portugal ganhou alguns territórios pequenos do Cabo do Norte na América do Sul como recompensa por danos sofridos durante a Guerra²⁸, mas a Inglaterra ganhou alguns dos territórios maiores, como Minorca ou Gibraltar.²⁹

Em Portugal, graças ao tratado que foi constituído pelo Methuen em 1703, os contactos com a Inglaterra melhoraram nos anos vinte do século XVIII, o que se provou com outro tratado de comércio, assinado em 1721, sobre as suas atividades comerciais na Índia. Embora a Inglaterra e Portugal tivessem tratados de cooperação e amizade, a posição portuguesa foi

²³ Paul Diguil, *The making of Methuen: the commercial Treaty in the English imagination*, p. 12, Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/viewFile/5095/4757> (acesso em 10 de abril de 2019)

²⁴ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 206

²⁵ R. Warren Anderson, "Rent seeking and the Treaty of Methuen", in *Journal of Public finance and Public choice*, Roma: Gangemi Editore, 2014, p. 113

²⁶ António Barros Cardoso, 'Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos', in *Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. IV, Porto, 2003, p. 53, disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7966> (acesso em 10 de abril de 2019)

²⁷ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 206

²⁸ Júnia Ferreira Furtado. 'Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville'. *Topoi* (Rio de Janeiro), vol. 12, no. 23, 2011, p. 76, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00066.pdf> (acesso em 10 de abril de 2019)

²⁹ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 207

enfraquecida na própria Índia, porque a Inglaterra estava mais forte do que Portugal e podia impor os seus interesses neste território. Além disso, outras colónias portuguesas, por exemplo, as costas angolanas, foram atacadas pelos ingleses. Contudo, o capitão de couraçado português conseguiu derrotar a base inglesa em Cabido e reabriu o acesso aos portugueses para comércio com os escravos. Ainda por cima, outras colónias foram atacadas pelos outros estados europeus e Portugal começou a aperceber-se da sua péssima situação, quando nos anos quarenta do século XVIII sofreu algumas derrotas na Índia.³⁰

Em meados do século XVIII, depois da subida do novo rei, José I (1750-1777), foi eleito o novo secretário-geral, Sebastião José de Carvalho, mais tarde conhecido como marquês de Pombal. Ele foi rico em suas experiências que ganhou na Inglaterra, onde era embaixador. Marquês de Pombal esforçou-se por promover o desenvolvimento económico. Quis impor um negócio doméstico, mas um problema fundamental foi a dependência da Inglaterra, causada pelo tratado de Methuen de 1703. Os produtores, cujos vinho foi exportado para a Inglaterra, queixaram-se dos ingleses porque estes vendiam esse vinho na Inglaterra a um preço superior ao que tinham pago em Portugal. Mas nesse sentido, o governo não podia assegurar a mudança e, por outro lado, os ingleses não permitiram importação direta de vinho português. Alguns anos depois, a algodão brasileiro tornou-se uma nova mercadoria muito importante, a qual começou a ser exportada para Inglaterra por muitos anos. Além disso, os comerciantes estrangeiros começaram a instalar-se em Portugal, por exemplo um inglês, William Stephen, que fundou a primeira fábrica de cal em Lisboa e no fim dos anos 60, ele obteve o apoio para fundação vidraria régia em Portugal.³¹

Nos anos cinquenta e sessenta ocorreu na Europa o último conflito grande antes da Revolução Francesa, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), em que se integraram quase todos os estados europeus. Como sempre, de um lado estava a Inglaterra com o seu aliado, Reino da Prússia, e no outro lado estava a França, Império Austríaco e o Império Russo. Marquês de Pombal de Portugal tentou evitar a guerra, porque quis concentrar-se nas suas reformas. Contudo, os franceses e os espanhóis, que apoiavam o lado da França, instaram Portugal a apoiá-los e lutar contra o outro lado, onde pertencia a Inglaterra. Portugal não quis perder o seu aliado de longa data, a Inglaterra e, por isso, declarou a sua neutralidade. Esta decisão de Portugal foi, naturalmente, preocupante para os franceses e os espanhóis. Os franceses ordenaram a Espanha que invadisse Portugal. Isso deu início à chamada Guerra fantástica, e

³⁰ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 211-212

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 224

assim, como no passado, os ingleses apoiaram o exército português. No final, este conflito acabou por ser terminado com o acordo de paz em 1762.³²

Nesta parte do terceiro capítulo percebemos que a época do absolutismo foi relativamente boa para a aliança luso-britânica. Os dois países assinaram alguns tratados comércios e mantiveram, embora com alguns percalços, a sua boa relação. No início do século XVIII, foi assinado o Tratado de Methuen, que teve uma enorme influência no comércio entre a Inglaterra e Portugal, mas também no comércio destes dois países em geral. Porém, a sua amizade passará por muitos problemas, causadas por mudanças presentes na Europa na viragem dos séculos e nos primeiros anos do século XIX.

3.3 A Revolução francesa

Na última década do século XVIII começa a Revolução Francesa (1789-1799) que causará caos em toda a Europa, influenciando as relações entre as potências europeias e a relação entre Portugal e a Inglaterra não é exceção. O objetivo principal dos revolucionários da França era a eliminação do poder absolutista e a sua substituição por uma monarquia.

O impacto da Revolução Francesa foi enorme. Vários países europeus, como a Itália, adotaram as ideais revolucionárias. Por outro lado, alguns países, como Portugal, viram estas ideais como negativas e não ficaram tão contente com elas. O governo português queria esquivar-se de alguns conflitos durante este período, porque não queria tirar a sua atenção das reformas, que tinham sido planeadas no país. Contudo, em 1793, a Inglaterra criou uma aliança com a Espanha e declarou guerra à França. O governo português ficou preocupado com esta aliança porque Portugal estava dependente da aliança com a Inglaterra. Por isso, Portugal decidiu participar na coligação contra a França e, como consequência disso, em setembro de 1793, foi assinado o tratado entre Portugal e a Inglaterra.³³ Este tratado foi sobre mútuo auxílio na guerra contra a França.³⁴

Ainda no mesmo ano, os soldados portugueses partiram de Lisboa para Roussillon, França, e juntamente com os soldados espanhóis que se uniram aos portugueses na Espanha, foram lutar contra a França. Depois da partida dos soldados de Portugal, as tropas inglesas desembarcaram em Lisboa. Visto que os portugueses e os espanhóis estavam sem proteção inglesa, eles eram mais fracos. Os franceses aproveitaram desta situação e atacaram o exército composto pelos portugueses e espanhóis. Os franceses foram bem-sucedidos e a derrota levou

³² Jan Klíma. *Dějiny Portugalska. 2., rozš. a dopl. vyd.* Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států,, p. 222

³³ José Calvet de Magalhães. *Breve história diplomática de Portugal.* 2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990, p. 121

³⁴ Fernando Amorim, *Antecedentes remotos da política externa portuguesa*, Janus: 2002, p. 5, disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1940> (acesso em 10 de abril de 2019)

os espanhóis a negociarem com a França. Eles tentaram negociar a paz separadas e, no final, isto foi assinado em 1795, com os franceses. Portugal encontrava-se numa posição difícil. Por um lado, o país ficava em conflito com a França a pedido da Inglaterra e, por outro lado, o seu vizinho, a Espanha, começou a colaborar com a França. A Espanha e a França juntamente declararam a guerra à Inglaterra, o que levou Portugal numa situação desfavorável e, desta forma, teve de optar por uma solução. Se Portugal se unisse à Espanha, a Inglaterra poderia puni-lo por confiscar de parte da sua propriedade colonial. Se Portugal permanecesse um aliado da Inglaterra, teria de se preparar para a invasão espanhola. No final, Portugal decidiu ficar do lado do seu aliado de longa data, a Inglaterra.³⁵

3.3.1 O Napoleão

No fim do século XVIII, o general Napoleão assumiu a função de primeiro cônsul da França e tornou-se líder deste país. Napoleão aumentou a tensão para Portugal, que era muito importante para os franceses, principalmente por causa da posição estratégica do porto lisboeta, que era o lugar crucial de acesso para o comércio nos Pireneus.³⁶ Napoleão exigiu que os portugueses rompessem as relações com a Inglaterra e que abolissem a aliança que mantinham com ela.³⁷ Para pressionar os portugueses, a Espanha e a França, que criaram uma aliança, decidiram iniciar o conflito e, por isso, em 1801, foi dado aos portugueses um ultimato pelos espanhóis. Ou iam aceitar as tréguas com França, ou a Espanha ia declarar guerra a Portugal. Conforme este ultimato, a Espanha e a França queriam que:

«o governo português a abandonar a aliança britânica e a fechar os portos portugueses à navegação britânica, abrindo-os aos navios franceses e espanhóis. A França exigia ainda uma elevada indemnização em dinheiro e a Espanha a revisão das fronteiras e a entrega de algumas províncias como garantia da devolução pela Inglaterra das ilhas Trindade, Mahon e Malta.»³⁸

O regente João de Portugal, que substituiu a sua mãe, rainha Maria I de Portugal (1777-1816), para manter a paz, aceitou este ultimato e assinou os tratados com a França e a Espanha. Embora Portugal tivesse assinado estes tratados, os espanhóis declararam-lhe guerra como medida de precaução. Contudo, Portugal não foi capaz de se proteger e, ainda por cima, a

³⁵ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 234

³⁶ Paul de Rémusat, *Mémoires de Mme de Rémusat (1802-1808)*, vol III, Paris: Calmann-Lévy, 1881, p. 260.

³⁷ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 235

³⁸ Pedro Carvalho e Fernando Santos, *A Diplomacia Portuguesa durante a Revolução Francesa*, 2006, p. 5, disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/historia_militar/A%20Diplomacia%20Portuguesa%20durante%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Francesa.pdf (acesso em 10 de abril de 2019)

Inglaterra não o ajudou nesta situação difícil. Em vez da ajuda, a Inglaterra retirou alguns dos seus regimentos de Portugal para proteger as colónias portuguesas no Ultramar. Porém, estas colónias não pediram ajuda à Inglaterra e, por isso, os portugueses ficaram preocupados porque a Inglaterra, apesar de ser o seu aliado, ia apoderar-se de algumas colónias portuguesas, por exemplo, a Madeira, Goa, Damão ou Diu.³⁹ Depois da guerra com espanhóis, assim chamada Guerra das Laranjas, os portugueses ficaram derrotados e tiveram de assinar o novo tratado com a França em 1801. Segundo este tratado, Portugal comprometia-se a «fechar os portos aos navios britânicos e abri-los aos franceses e seus aliados, devendo a Espanha restituir as praças tomadas, salvo Olivença».⁴⁰ A situação acalmou-se durante algum tempo porque o Napoleão aceitou a neutralidade portuguesa nos vários conflitos nos anos seguintes. Em 1805, os conflitos alargaram-se a toda a Europa.

3.3.2 O bloqueio continental

Só em 1806 é que a situação piorou. A influência da Inglaterra na Europa pôs em perigo a França e, por isso, Napoleão declarou o bloqueio continental às ilhas britânicas, em novembro de 1806. Ele queria danificar o comércio inglês e expulsar a Inglaterra do comércio europeu. Ele também queria fechar os portos de novo, de todos os países, que estavam na aliança com a Inglaterra, incluindo Portugal, Dinamarca ou Suécia. Também foi preciso que Portugal rompesse a sua aliança com a Inglaterra, declarasse guerra a ela e fechasse os portos ao comércio inglês.⁴¹ Todavia, as frotas inglesas chegaram a Portugal para apoiar os portugueses na luta contra a França. Por outro lado, os franceses pressionaram os portugueses para declarar guerra à Inglaterra, destituir o seu embaixador em Londres e reter os cidadãos ingleses em Portugal como reféns. Portugal empenhou-se por não criar nenhum conflito com estes países e tentou resolver esta situação de tal modo que, em 1807, decidiu fechar os seus portos à Inglaterra. Mesmo que Portugal fizesse isso, o país reconheceu o direito da residência dos ingleses em Portugal e, com isso, Portugal permitiu à Inglaterra usar os seus portos. Ainda por cima, no caso de os ingleses quererem, eles podiam abandonar Portugal com os seus bens e o governo português prometeu que as perdas da Inglaterra iam ser compensadas por Portugal.⁴² Claramente, Napoleão não gostava deste tipo de política e, portanto, ele assinou o tratado de

³⁹ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 235

⁴⁰ Pedro Carvalho e Fernando Santos, *A Diplomacia Portuguesa durante a Revolução Francesa*. 2006, p. 6, disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/historia_militar/A%20Diplomacia%20Portuguesa%20durante%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Francesa.pdf (acesso em 10 de abril de 2019)

⁴¹ Idem, *Ibidem*

⁴² Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 237

Fontainebleau com a Espanha em 1807. Segundo este tratado, Portugal deveria ser dividido em três unidades políticas separadas.⁴³ Esta divisão também se refletiu na divisão das suas colônias marítimas.⁴⁴

Os portugueses começaram a aperceber-se desta má situação e, depois de se assinar o tratado de Fontainebleau, entre a Espanha e a França, eles decidiram que iam declarar guerra à Inglaterra e confiscar os bens dos ingleses em Portugal. Porém, foi demasiado tarde para isso e esta decisão não teve êxito. Em novembro de 1807, o exército francês chegou ao território português.⁴⁵ Portugal teve pouco tempo para encontrar a solução. Portugal precisou da ajuda dos ingleses para criar um plano nesta situação desvantajosa. Por isso, Portugal e a Inglaterra fecharam o tratado em segredo com sucesso, a 22 de novembro de 1807. Os dois países concordaram em transferir a monarquia portuguesa de Portugal para o Brasil e, também concordaram com a ocupação inglesa da Ilha da Madeira.⁴⁶ A família régia queria escapar de Napoleão e, porquanto, decidiu se esconder no Brasil porque durante a ausência da família régia em Portugal, ninguém podia derrocar a monarquia. Por outro lado, os ingleses queriam aproveitar-se desta situação também. Como os portos no Brasil estavam fechados às importações diretas, a cidade de Lisboa era única possibilidade de caminho para o Brasil. Caso a família régia partisse de Portugal para o Brasil, os ingleses iam ter a possibilidade de ter uma travessia segura para o Brasil.⁴⁷ Isto foi uma situação vantajosa tanto para Portugal, como para a Inglaterra.

Contudo, o exército francês avançou mais rápido do que pressupuseram. Por isso, a 26 de novembro de 1807, o regente João de Portugal nomeou a regência nova que ia governar em Portugal durante a ausência da família régia. Três dias depois, partiram os navios com mais ou menos 15 000 pessoas para o Rio de Janeiro, que se tornou o novo centro de Portugal.⁴⁸ Neste ano começou a ocupação francesa em Portugal, que durou até 1815. Além disso, segundo

⁴³ Adriano Moreira, 'Reencontro Peninsular: Predomínio dos factores exógenos', in *População e Sociedade* disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=MOREIRA%2C+Adriano,+%E2%80%98Reencontro+Peninsular%3A+Predom%C3%ADnio+dos+fatores+ex%C3%B3genos%E2%80%99%2C+&btnG= (acesso em 10 de abril de 2019)

⁴⁴ Jiří Kovařík, *Napoleonova invaze: 1807-18010: [poloostrovní válka ve Španělsku a Portugalsku I]*. Praha: Akcent, 2010, p. 23-24

⁴⁵ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska. 2., rozš. a dopl. vyd.* Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států., p. 238

⁴⁶ Fernando Amorim, *Antecedentes remotos da política externa portuguesa*, Janus: 2002, p. 5, disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1940> (acesso em 10 de abril de 2019)

⁴⁷ José Manuel Freire Nogueira, 'A crise de 1807/1808: algumas reflexões de estratégia', in *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, vol. 8, no. 1. Lisboa: 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642009000100010 (acesso em 10 de abril de 2019)

⁴⁸ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 239

tratado de 1807, entre a Inglaterra e Portugal, a frota inglesa, liderada pelo vice-almirante Samuel Hood, começou a ocupar o território da Madeira⁴⁹ e, em janeiro de 1808, a família régia chegou ao Brasil.

3.3.3 A Guerra peninsular

A situação era cada vez pior. Em fevereiro de 1808, os franceses ordenaram dissolução da dinastia de Bragança e criaram o novo governo, composto por franceses e alguns portugueses, que tinham a confiança dos franceses. Isso resultou do tratado de Fontainebleau, assinado em 1807, entre a Espanha e a França. A população portuguesa estava mais descontente e, no verão de 1808, os ingleses chegaram a La Coruña, envolveram-se no conflito e iniciaram a guerra, assim chamada, Guerra Peninsular. Em menos de dois meses, outros 13 500 soldados chegaram a Portugal, liderados por Arthur Wellesley, o futuro lord Wellington e, os soldados portugueses juntaram-se aos ingleses. Juntos, derrotaram os exércitos franceses e, com a derrota de Napoleão, acabou a primeira invasão francesa.⁵⁰ Quando os franceses souberam que tinham sido derrotados, pediram o armistício e depois, no acordo que se assinou, havia uma cláusula que dizia que nenhuma nação, seja portuguesa, francesa, ou uma nação aliada à França pode ser questionada pela sua direção política.⁵¹ O acordo, assim chamado Convenção de Sintra, foi oficialmente assinado em 1808, significando a partida dos franceses de Portugal.⁵² O acordo foi assinado sem a presença de qualquer português. Além disso, os ingleses comprometiam-se a ajudar no transporte do exército francês para França.⁵³ Ainda por cima, os ingleses ajudaram também com o transporte de armas e objetos de valor, retirados de Portugal pelos franceses, e emprestou os seus navios aos franceses.⁵⁴

A calma durou apenas alguns meses, durante a qual o exército português se preparava para a guerra, que era provável acontecer, e o exército era treinado pelo general Beresford da Inglaterra. Em 1809, começou a segunda invasão francesa, contra a qual lutavam os portugueses, com o apoio dos ingleses. O general Beresford não só treinou os soldados portugueses, mas também comandou o exército durante a guerra. Ele mostrou-se um general capaz de liderar e, mesmo depois da guerra, Beresford continuou a ser comandante do exército português, que se tornou num exército mais disciplinado e bem treinado do que antes.⁵⁵ Depois de algumas lutas,

⁴⁹ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska. 2., rozš. a dopl. vyd.* Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. *Dějiny států*, p. 248

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 250

⁵¹ José Hermano Saraiva. *História concisa de Portugal*. 16. ed. Mem Martins: Europa-América, 1993, p. 270-271

⁵² Jiří Kovařík, *Napoleonova invaze: 1807-18010: [poloostrovní válka ve Španělsku a Portugalsku I]*. Praha: Akcent, 2010, p. 218-220

⁵³ José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 271

⁵⁴ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska v datech*. Praha: Libri. 2007, p. 314-314

⁵⁵ Tereza Caillaux de Almeida, *Memórias das invasões francesas em Portugal*. Lisboa: Ésquilo, 2010, p. 60

a segunda invasão francesa acabou por ser malsucedida pelos franceses, que foram derrotados pela segunda e expulsados de Portugal.

Em 1810 começou ainda a terceira invasão francesa, que foi também malsucedida pelos franceses, graças à superioridade dos exércitos ingleses, portugueses, mas também espanhóis. Apesar das invasões francesas em Portugal terem acabado, Napoleão continuava a lutar contra outros exércitos fora de Portugal até 1815, até ser oficialmente derrotado na Batalha de Waterloo.

Depois da saída dos soldados franceses de Portugal, em 1811, a Inglaterra tomou a dianteira em Portugal, em vez da família régia, que estava no Brasil. O general Beresford tornou-se líder de Portugal e governou da forma autoritária e despótica. Visto que os ingleses já tinham o controlo sobre o território continental de Portugal, eles já não precisavam de ocupar a Ilha da Madeira e, por isso, os últimos soldados partiram da Madeira, em 1814. Em Portugal, o general Beresford não era muito popular e o seu tipo de governo não foi apreciado pela elite portuguesa, porque a Inglaterra não tinha o direito de ocupar Portugal depois do fim das guerras napoleónicas. Por isso, os intelectuais desta elite fundaram uma sociedade secreta, chamada Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve, cujo objetivo principal era a eliminação dos ingleses, principalmente eliminação da liderança inglesa do exército português. Os principais representantes desta sociedade eram sobretudo os oficiais que voltaram das batalhas napoleónicas. Contudo, os ingleses descobriram esta sociedade e eles decidiram fazer sair os seus membros ou executá-los.⁵⁶ O general Beresford anunciou a sua decisão ao público português dois dias depois das execuções e nem sequer avisou o rei João XVI de Portugal (1816-1826), que estava no Brasil. A única solução era o retorno da família real do Brasil, mas o rei João VI não tencionava abandonar a sua nova sede na América, cujo prestígio foi crescendo e foi economicamente mais vantajosa.⁵⁷

Em 1820, a situação era instável em Portugal. No país que a ser torturado pela Inglaterra, surgiu uma revolução, que se espalhou por o país. Originou-se uma junta, assim chamada Junta Provisional do Supremo Governo do Reino. O seu objetivo foi transformar o país e divulgar as ideias cristãs, as quais foram apontadas contra a Inglaterra. No fim do ano 1820, o navio inglês com o general Beresford chegou a Portugal. A Junta provisional proibiu ao general Beresford de entrar em Portugal e ameaçou que, caso os ingleses não obedecessem, os portugueses não

⁵⁶ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 254-258

⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 258

garantiam a sua segurança. No final, ele decidiu sair de Portugal para Inglaterra e, neste momento, o domínio dos ingleses terminou em Portugal.⁵⁸

3.3.4 Situação no Brasil

Enquanto os portugueses lutavam nas guerras napoleónicas e Portugal estava por um período difícil, a família real de Portugal realizava várias mudanças no Brasil. Pouco tempo depois da sua chegada ao Brasil, em 1808, foi assinado o tratado económico com a Inglaterra, chamado a Abertura dos Portos. Este tratado possibilitou às colónias portuguesas na América a comercializar não só com Portugal, mas também com outras nações europeias.⁵⁹ Também, os portos brasileiros foram oficialmente abertos para as frotas comerciais e militares da Inglaterra.

Em 1810, a família permitiu a liberdade de comércio e, também assinou os dois tratados com a Inglaterra. O primeiro foi sobre o comércio e navegação e teve o impacto negativo para a economia portuguesa. Como consequência deste tratado, a mercadoria inglesa teve melhor posição no Brasil do que a mercadoria importada de Portugal.⁶⁰ Outro tratado foi de aliança e de amizade.

Em 1815, a Inglaterra e Portugal assinaram o tratado, no qual os portugueses eram obrigados a proibir o tráfico de escravos ao norte do equador. O tratado afeitou, em particular, o importante percurso desde Cabo Verde até o Brasil.⁶¹ Ambos os territórios, Cabo Verde e o Brasil, pertenciam a Portugal. Os quinteiros brasileiros não gostaram desta decisão, porque precisavam dos escravos africanos para o bom funcionamento das suas quintas.⁶²

3.4 Resumo do terceiro capítulo

Dos eventos descritos no terceiro capítulo, podemos dizer que a época desde o fim da União Ibérica até os anos vinte do século XIX é rica em eventos que influenciaram as relações luso-britânicas.

Inicialmente, Portugal e a Inglaterra conseguiram restabelecer a sua boa relação, através de vários tratados comerciais e militares. Um destes tratados foi o Tratado de Methuen, assinado em 1703, do qual os ingleses tiraram proveito, porque a exportação de lã inglesa foi mais alta do que a exportação do vinho português. Também detetámos, que os outros tratados que

⁵⁸ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska. 2.*, rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 260

⁵⁹ Fernando Roque Fernandes. *Abertura dos Portos*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/abertura-dos-portos/> (acesso em 10 de abril de 2019)

⁶⁰ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska v datech*. Praha: Libri. 2007, p. 317

⁶¹ Pedro Carvalho e Fernando Santos, *A Diplomacia Portuguesa durante a Revolução Francesa*. 2006., p. 8, disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/historia_militar/A%20Diplomacia%20Portuguesa%20durante%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Francesa.pdf (acesso em 10 de abril de 2019)

⁶² Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 255

influenciaram a economia destes países, foram assinados no século XIX, como por exemplo o tratado que proibiu o tráfico dos escravos ou o tratado, qual permitiu os ingleses chegar livremente aos portos portugueses e também comerciar nestes lugares. Com isso, os portugueses perderam o seu monopólio no Brasil.

Além disso, a esfera política foi também influenciada pelas mudanças que foram ocorrendo. Verificámos que os dois países se protegiam mutuamente e, durante a era napoleónica no século XIX, as suas relações eram diversas, dependendo da situação em que se encontravam.

4 Século XIX

O quarto capítulo trata do período desde os anos vinte do século XIX até o fim do mesmo século. Vamos apresentar o que acontecia depois do fim da eliminação inglesa em 1820, a qual trouxe consigo várias mudanças na política de Portugal. Além disso, vamos descrever a situação da relação luso-britânica, à respeito das colônias.

4.1 Os problemas políticos

Os anos vinte do século XIX eram cheios das mudanças e problemas políticos. Em 1822, o príncipe Pedro I, filho do rei português João VI (1816-1826) e, ao mesmo tempo o primeiro imperador do Brasil, declarou a independência do Brasil, como consequência da divulgação da independência no continente americano. Para Portugal, isso foi a pior consequência do período napoleônico, porque o país perdeu a sua maior colônia. Em Portugal, depois da eliminação da influência inglesa em 1820, o rei português João VI, que ainda sempre estava no Brasil, não queria voltar-se para a Europa desde que a situação com os rebeldes não ser melhor. Em 1821, os deputados portugueses encontraram-se em Lisboa e o objetivo principal do seu encontro foi preparação da Constituição segundo ideias liberais. Além do crescimento do liberalismo, no país eram pessoas que defendiam as ideias conservadores, que formaram a comissão chamado Junta Apostólica Ibérica e eles queriam unir Portugal à Espanha. Em 1826, a situação no país piorou tanto, que o exército inglês chegou a Portugal para prestar a ajuda. Os ingleses moderaram a situação política um pouco e também a Junta Apostólica Ibérica pôs se quieta.⁶³

Em 1827, o Miguel I de Portugal (1828-1834), o tio e, ao mesmo tempo o marido da futura rainha portuguesa, chegou da Áustria a Portugal. Ele foi declarado como o regente do país, porque a sua esposa era muito jovem para governar. Desde início, ele simpatizou com a parte conservadora da política portuguesa e, depois da sua subida, a revolução em Portugal começou. Vários diplomatas das potências europeias partiram de Lisboa por causa da situação mal e revolução se espelhou em todo país. O aliado português, a Inglaterra, chegou a auxiliar os portugueses liberais. No início, eles dominaram os territórios de norte de Portugal, mas Miguel I de Portugal mandei um exército para lutar contra eles. A superioridade dos soldados portugueses, enviados pelo Miguel I, decidiu esta luta e os ingleses com portugueses liberais ficaram derrotados. Como consequência disso, os liberais tiveram de fugir para outros estados, como a França ou a Inglaterra para salvar a sua vida.⁶⁴ Os liberais não desistiram revolucionar e, por isso, o primeiro imperador do Brasil Pedro I decidiu renunciar o trono brasileiro e chegou

⁶³ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 267

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 268

à Europa para ajudar os portugueses na luta contra Miguel I de Portugal. Em 1832, Pedro I do Brasil chegou à Inglaterra, onde foi aceitado pelos portugueses liberais e, no mesmo ano, eles juntamente desembarcaram em Porto, Portugal e participaram nas guerras civis. Estas guerras civis ocorridas na Península Ibérica não eram apreciadas por algumas potências europeias. Como consequência disso, foi assinado tratado em abril de 1834, entre a Espanha, a Inglaterra, a França e Portugal. Com isso, estes países criaram a Quádrupla Aliança que decidiu intervir militarmente contra as forças de Miguel I de Portugal. Miguel I foi derrotado com os seus partidários e teve de partir de Portugal.⁶⁵

Nos anos trinta do século XIX sempre persistia o problema do tráfico dos escravos, que foi formalmente solucionado com a proibição em 1815. (veja 3.3.4) Porém, este problema foi aprofundado em 1842. Em julho neste ano, a Inglaterra e Portugal assinaram o tratado, que estabeleceu o tráfico de escravos como a pirataria⁶⁶ e permitiu aos ingleses apresar de navios e julgar os tripulantes envolvidos nesse comércio.⁶⁷ Ainda em 1851, a Inglaterra e Portugal assinaram outro tratado, que regulou mais rígidos o tráfico dos escravos. Além disso, este tratado pressionou o governo português para supressão do tráfico das pessoas em geral, em qualquer lugar do mundo.⁶⁸

4.2 A situação colonial no século XIX

Em meados do século XIX, Portugal era na margem da sociedade europeia por causa dos seus problemas internos. Além disso, o país tinha apenas algumas colónias na África e Ásia, porém, foi mais difícil mantê-los no período, quando a influência dos outros estados cresceu. Nos anos sessenta foram feitas várias expedições das potências europeias, como a França, Alemanha e a Inglaterra, para a África. Portugal estava em perigo, porque os seus territórios africanos, eram os lugares estratégicos, principalmente por causa da matéria-primas. Nos anos setenta, os homens ingleses penetraram por território da África do Sul, que oficialmente pertencia aos portugueses desde o período dos descobrimentos marítimos. Ainda por cima, em 1870, os ingleses assinaram o tratado com o paje do tribo africano. Com este tratado, o paje cedeu as minas de ouro do território, que pertenceu a Portugal, ao território inglês na África.

⁶⁵ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska. 2.*, rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 270

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 276

⁶⁷ Valentim Alexandre, 2000. cit. por Regiane Augusto de Mattos. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01082012-164035/en.php> (acesso em 10 de abril de 2019)

⁶⁸ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 279

Isso iniciou, em 1872, o conflito entre Portugal e a Inglaterra, o qual teve de terminado por representantes da França. Três anos depois, o presidente da França decidiu a favor de Portugal.⁶⁹ Em 1878, Portugal e a Inglaterra assinaram o tratado, que pressupôs também a construção do caminho de ferro da Índia Britânica para o porto Mormugão na colônia portuguesa, chamada Goa.⁷⁰ Em 1879 foi assinado outro tratado com os ingleses, que proibiu os portugueses vender as armas ao tribo Zulo em Mozambique.⁷¹

Os anos oitenta são marcadas por mudanças coloniais. Em 1884, a Inglaterra e Portugal assinaram o novo tratado em Londres. Neste tratado, a Inglaterra reconheceu a soberania dos portugueses nas margens do rio Zaire. Em troca, os portugueses tiveram de permitir os ingleses o comércio e navegação livre no Zaire, África. Isso deixou os outros países europeus preocupados, porque a Inglaterra teve uma posição privilegiada e dominante neste território.⁷² A preocupação alemã e francesa resultou, em 1884, na conferência do Berlim, que terminou o tratado de 1884.

Depois da Conferência do Berlim, Portugal e a Inglaterra sempre estavam interessado nos territórios africanos. Por isso, em 1885, os portugueses decidiram criar um mapa, assim chamada mapa cor-de-rosa. Neste mapa deveriam ser as zonas demandas pelos portugueses, marcadas com a cor-de-rosa. Os ingleses ficavam muito descontentes com esta decisão, porque eles vindicaram a possessão dos territórios grandes na África e, com isso, os seus planos para ampliar o seu poder na África estavam em perigo. Em 1886, a França reconheceu este mapa cor-de-rosa. Como consequência disso, as relações com a Inglaterra enfraqueceram.

A Inglaterra não desistiu e tinha uma ideia sobre a África Britânica. Os ingleses queriam ocupar o território de Cairo até a Cidade do Cabo. Por isso, a África era cheia dos homens ingleses que tentavam impor os interesses da Inglaterra. Os conflitos redundaram em 1890, quando o diplomata inglês proclamou, que a Inglaterra não ia permitir nenhum ato violento nas áreas, que estavam nos interesses dos ingleses. Os portugueses não cederam e, por isso, a Inglaterra zangada com eles, mandeu o ultimato aos portugueses. Segundo este ultimato, Lisboa teve só um dia para destituir todos os seus soldados do território africano, incluindo no Malawai de hoje, território de Maçola e Machona. No caso de Portugal não obedecer, as relações

⁶⁹ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 291

⁷⁰ Hugo Silveira Pereira, *O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p. 230, disponível: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/43334> (acesso em 10 de abril de 2019)

⁷¹ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, op. cit., p. 293

⁷² José Calvet Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*. 2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990, p. 188-189

diplomáticas com a Inglaterra iam ser ameaçadas e, também os ingleses iam ocupar a Madeira, Cabo verde e Lourença marques em Mozambique. Porém, os portugueses tiveram de aceitar este ultimato por causa da sua posição mais fraca do que a posição da Inglaterra.⁷³ As consequências deste ultimato foram pior do que os portugueses imaginaram. Não só eles perderam as ilusões da sua civilização no ultramar, mas na cidade da Lisboa ocorriam alguns protestos contra o ultimato e, também houve perigo da revolução. No fim do 1890 foi fechado o tratado internacional que confirmou a perda portuguesa do seu território sul-africano.⁷⁴

Em 1891, Portugal e a Inglaterra assinaram outro tratado, que exigiu as compensações por o tratado do ano passado. Com a assinatura deste tratado, Portugal teve de reconhecer as fronteiras, que foram ainda pior, entre Mozambique e Zimbabwe de hoje. Ainda por cima, Portugal teve de ceder as concessões para comércio no Mozambique ocidental e, também para a construção do caminho de ferro da Beira para interior do país.⁷⁵

Nos anos de noventa do século XIX, o poder da Alemanha europeia cresceu. Este país assinou o tratado com a Inglaterra, sobre a redistribuição das colónias africanas, que pertenciam aos portugueses. Isso incluiu todas as colónias de equador ao sul. Os alemães confiavam, principalmente, nos problemas financeiros, que eram presentes em Portugal. Por outro lado, os ingleses tentaram ajudar tanto os portugueses como os alemães. Eles satisfizeram os alemães, que Portugal é numa crise financeira, mas por outro lado, emprestaram o dinheiro aos portugueses para que não se encontrassem numa situação mal, quando iam vender todos os seus territórios na África, porque os ingleses precisaram de usar os portos de Mozambique, que pertenciam aos portugueses, durante a guerra anglo-bura no Sul da África. Como consequência disso, foi, em 1899, assinado o tratado de Windsor, entre a Inglaterra e Portugal, que confirmou a aliança e amizade tradicional destes dois países. Deste momento, ambos os países tentavam melhorar a sua aliança, o que foi mais tarde confirmado para as visitas mútuas na Inglaterra e Portugal.⁷⁶

4.3 Resumo do período XIX

O século XIX trouxe consigo vários problemas, quais atingiram as relações luso-britânicas. O problema principal deste século foi as colónias na África, que tinham a

⁷³ Jan Klíma. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států, p. 300-301

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 302

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 303

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 309-312

importância para os estados europeu. Desde o século XX, a Inglaterra e Portugal tentavam melhorar as suas relações.

Conclusão

Este trabalho de bacharelato tratou do desenvolvimento das relações luso-britânicas desde o século XIV até o fim do século XIX. No início, nós determinámos três objetivos principais: descrever os eventos históricos que fazem ligação com a aliança luso-britânica, na ordem cronológica; mostrar como se as relações entre Portugal e a Inglaterra mudavam durante os vários séculos e o último objetivo foi provar que no início a posição destes países era mais ou menos igual, mas depois a situação mudou e a Inglaterra tornou-se superior a Portugal.

Antes da descrição dos eventos mencionados neste trabalho, precisámos de ler todos os livros e artigos relevantes para o nosso tema. Depois da leitura, dividimos este trabalho em quatro capítulos principais, segundo os eventos escolhidos. O primeiro capítulo analisou o período deste século XIV até os anos oitenta do século XVI. Neste período a aliança luso-britânica começou com assinatura dos primeiros tratados oficiais, dos quais resultaram as obrigações para a Inglaterra e Portugal. Ambos os países ganharam o aliado útil e eles apoiavam-se principalmente militarmente durante os conflitos com outros países. (veja subgrupo 1.1) Este período foi rico em descobrimentos marítimos, que trouxe a influência a Portugal. O segundo capítulo tratou do período marcado pela crise, desde os anos oitenta do século XVI até meados do século XVII. Mostrámos de qual forma as relações luso-britânicas foram afetadas pela política interna de Portugal, que estava sob o domínio da Espanha. Como consequência disso, a aliança luso-britânica acabou por ser rompida. (veja 2.1) Outro capítulo ocupou-se do período entre meados do século XVII e os anos vinte do século XIX. Foi detetado, que os portugueses tentaram e, depois parcialmente conseguiram, restabelecer a sua aliança antiga com a Inglaterra. Porém, através dos vários tratados comerciais ou políticos, a posição de Portugal foi diferente por causa da influência crescida da Inglaterra. (veja 3.4) No quarto capítulo analisámos os últimos oitenta anos do século XIX, cheio das mudanças dentro da aliança luso-britânica, principalmente por causa das colónias no Ultramar.

Acreditamos que atingimos os objetivos deste trabalho. Os primeiros dois objetivos foram atingidos no cada capítulo deste trabalho. O terceiro objetivo resultou dos eventos descritos neste trabalho. É provado, que inicialmente a posição da Inglaterra e Portugal na sua relação foi mais ou menos igual, porque ambos os países tinham a mesma influência no mundo. Porém, com a União Ibérica começou a aliança luso-britânica sentir os problemas grandes e, deste momento, a posição da Inglaterra e Portugal não era mesma e a Inglaterra tornou-se superior a Portugal no cada aspeto.

Resumo em eslovaco

Táto bakalárska práca sa zaoberá vývojom anglicko-portugalských vzťahov v období od 14. storočia, kedy sa ich spolupráca oficiálne začala, až do konca 19. storočia. Práca je rozdelená na štyri základné časti, pričom každá z nich sa zameriava na iné obdobie, popisujúc kľúčové udalosti, ktoré nejakým spôsobom ovplyvnili spoluprácu medzi Anglickom a Portugalskom. Prvá kapitola analyzuje obdobie od 14. storočia až po 80. roky 16. storočia, druhá kapitola sa zameriava na obdobie medzi 80. rokmi 16. storočia až po polovicu 17. storočia. Tretia kapitola sa zaoberá obdobím od polovice 17. storočia až po 20. roky 19. storočia a posledná kapitola skúma obdobie medzi 20. rokmi 19. storočia až po jeho koniec.

Bibliografia

- ALMEIDA, Tereza Caillaux de. *Memória das 'Invasões Francesas' em Portugal, 1807-1811: uma perspetiva inovadora no bicentenário da Guerra Peninsular*. 1a ed. Lisboa: Esquilo Edições e Multimédia, 2010. ISBN 9789898092700.
- ANDERSON, R. Warren. 'Rent seeking and the Treaty of Methuen', in *Journal of Public finance and Public choice*. Roma: Gangemi Editore, 2014. ISBN 9788849296204
- FIGUEIREDO LOPES, C. *História elementar de Portugal*. Porto: Porto, 1993. ISBN 9720170271.
- KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska*. 2., rozš. a dopl. vyd. Praha: NLN, Nakladatelství Lidové noviny, 2007. Dějiny států. ISBN 978-80-7106-903-4.
- KLÍMA, JAN. *Dějiny Portugalska v datech*. Praha: Libri, 2007. ISBN 978-80-7277-166-0.
- KOVAŘÍK, Jiří. *Napoleonova invaze: 1807-1810: [poloostrovní válka ve Španělsku a Portugalsku I]*. Třebíč: Akcent, 2010. ISBN 978-80-7268-683-4.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. 2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990c. ISBN 9721030007.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1992. ISBN 9789722202237
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 1. 2. ed. Mam Martins: Europa-América, 1989. ISBN 9721029750.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 2. 2. ed. Mam Martins: Europa-América, 1991. ISBN 972103200X.
- RÉMUSAT, Paul de. *Mémoires de Mme de Rémusat (1802-1808)*. Vol. III, Paris: Calmann-Lévy, 1881. ISBN 9781377369532.
- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 16. ed. Mem Martins: Europa-América, 1993. ISBN 9721028290.
- SOUSA, Armindo de. *História de Portugal. Volume 2, A monarquia feudal (1096-1480)*. Editor José MATOSO. Lisboa: Estampa, 1993. ISBN 972330919X.

Webgrafia

- ALEXANDRE, Valentim. 2000. cit. por Regiane Augusto de Mattos. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842-1910)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01082012-164035/en.php> (acesso em 10 de abril de 2019)

- AMORIM, Fernando. *Antecedentes remotos da política externa portuguesa*. Janus: 2002.
Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1940> (acesso em 10 de abril de 2019)
- AZEVEDO, Hugo Rincon. 'Estratégias de legitimação do reinado de D. João I (1385-1433) nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara', in *Revista Mosaico*, vol. 11, 2018.
Disponível em: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/6320/pdf>
(acesso em 10 de abril 2019)
- CARDOSO, António Barros. 'Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos', in *Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. IV. Porto, 2003. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7966> (acesso em 10 de abril de 2019)
- CARVALHO, Pedro e Fernando Santos. *A Diplomacia Portuguesa durante a Revolução Francesa*. 2006. Disponível em:
http://database.jornaldefesa.pt/historia_militar/A%20Diplomacia%20Portuguesa%20durante%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Francesa.pdf (acesso em 10 de abril de 2019)
- COELHO, Maria Helena da Cruz. *The Portuguese Cortes during the reign of Ferdinand I (1367-83): the context of the Hundred Years War (1337-1453)*. University of Coimbra, 2015. Disponível em:
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/44777/1/Cortes%20-%20Guerar%20Cem%20Anos.pdf> (acesso em 10 de abril de 2019)
- DIGUID, Paul. *The making of Methuen: the commercial Treaty in the English imagination*. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/viewFile/5095/4757>
(acesso em 10 de abril de 2019)
- FARIA, Tiago Víula de e Flávio Miranda. *Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da idade média*. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4872/4554> (acesso em 10 de abril de 2019)
- FERNANDES, Fernando Roque. *Abertura dos Portos*. Disponível em:
<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/abertura-dos-portos/> (acesso em 10 de abril de 2019)
- FURTADO, Júnia Ferreira. 'Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville'. *Topoi* (Rio de Janeiro), vol. 12, no.23, 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00066.pdf> (acesso em 10 de abril de 2019)

- MOREIRA, Adriano. 'Reencontro Peninsular: Predomínio dos fatores exógenos', in *População e Sociedade* (disponível em 16 de abril de 2019) Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=MOREIRA%2C+Adriano.+%E2%80%98Reencontro+Peninsular%3A+Predom%C3%ADnio+dos+fatores+ex%C3%B3genos%E2%80%99%2C+&btnG= (acesso em 10 de abril de 2019)
- NOGUEIRA, José Manuel Freire. 'A crise de 1807/1808: algumas reflexões de estratégia', in *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, vol. 8, no. 1. Lisboa, 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642009000100010 (acesso em 10 de abril de 2019)
- PEREIRA, Hugo Silveira. *O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos*. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/43334> (acesso em 10 de abril de 2019)
- RICUPERO, Rodrigo. *O exclusivo metropolitano no Brasil e Os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661)* Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/117515/128660> (acesso em 10 de abril de 2019)

Anotação em português

Autor:	Dagmar Olejárová
Departamento e Faculdade:	Departamento das Línguas Românicas, Faculdade de Letras
Título da tese:	O desenvolvimento das relações luso-britânicas desde o século XIV até o fim do século XIX
Orientador da tese:	Mgr. Petra Svobodová, Ph.D.
Número de caracteres:	77 140
Número de anexos:	0
Número de referências bibliográficas:	27
Palavras-chave:	história da Inglaterra, história de Portugal, relações luso-britânicas, cooperação, relações internacionais
Caracterização breve da tese:	Este tratado de bacharelato trata do desenvolvimento das relações luso-britânica, desde o século XIV até o fim do século XIX. O trabalho é dividido em quatro partes principais. A primeira parte analisa o período desde século XIV até os anos oitenta do século XVI. A segunda parte trata da época entre os anos oitenta do século XVI e os meados do século XVII. A terceira parte é sobre período desde os meados do século XVII até os anos vinte do século XIX e a última, quarta parte analisa os últimos oitenta anos do século XIX.

Anotação em inglês

Author:	Dagmar Olejárová
Faculty and department:	Faculty of Art, Department of Romance Languages
Title:	The development of the Anglo-Portuguese relations since the 14 th century until the end of the 19 th century
Supervisor:	Mgr. Petra Svobodová, Ph.D.
Number of characters:	77 140
Number of appendices:	0
Number of bibliographical references:	27
Key words:	history of England, history of Portugal, Anglo-Portuguese relations, cooperation, international relations
Brief characteristics of thesis:	This thesis treats the development of Anglo-Portuguese relations, since the 14 th century until the end of 19 th century. The thesis is divided into four main parts. The first part analyses a period since 14 th century until the 1580s. The second part treats the period between 1580s and the first half of the 17 th century. The third part is about the period since the second half of the 17 th century until the 1820s and the last, fourth part analyses the last eighty years of the 19 th century.